

Dom Luciano Mendes pede “revisão humanitária” da conta de luz

Foto: Benedito Maia

No último dia 29, o arcebispo de Mariana, Dom Luciano Mendes de Almeida, recebeu do coordenador-geral do Sindieletrô, Marcelo Correia, a cartilha e outras publicações do sindicato sobre a política tarifária da Cemig. O coordenador do Sindieletrô destacou a importância da contribuição de um dos religiosos mais respeitados do país para o debate sobre a política tarifária no Estado, marcada por reajustes acima da inflação, valores e impostos mais caros para as residências e gigantescos repasses de dividendos para acionistas.

Ex-presidente da Confederação Nacional dos Bispos (CNBB) e atual coordenador da “Comissão Episcopal para o Mutirão de Superação da Miséria e da Fome”, Dom Luciano reafirmou o seu compromisso com a campanha pela revisão da tarifa. O arcebispo, que atende a comunidade que o procura diariamente em seu gabinete, constatou que a conta de luz é hoje o maior pesadelo das famílias de baixa renda.

Chave Geral– Como religioso, o que o senhor tem ouvido da comunidade?

Dom Luciano Mendes de Almeida– Temos encontrado muito sofrimento. As contas são muito elevadas e não se trata mais de ter água quente para o banho, mas de poder acender algumas luzes para enfrentar a noite, os idosos para tomar um

remédio e as mães para amamentar o filho. Muitas pessoas não têm emprego ou a renda não dá nem para se alimentar. O desconforto é ter na conta de luz que passa dos R\$70,00 o maior problema de equilíbrio do orçamento doméstico. Muitas pessoas pedem orientação técnica da Cemig para reduzir o consumo sem perder o direito à energia e também não são atendidas.

CG– Além dos artigos e entrevistas, o senhor tem usado outros instrumentos em defesa da redução da tarifa?

Dom Luciano– Há quatro meses levei para o presidente da Cemig, Djalma Moraes, em Belo Horizonte, uma caixa com estas contas que as pessoas me trazem, mostrando os valores anteriores e os atuais. Também propus que a empresa garantisse aos pobres com consumo de até 100 KW por mês a gratuidade da energia, como já é feito em Curitiba, no Paraná, e fiquei na expectativa. O gás faz falta em uma casa, mas para a energia não tem alternativa. Infelizmente não há resposta à população e me pergunto quem vai falar por ela, já que os pobres não vão até a direção da Cemig. Aí gostaria de falar diretamente com o senhor governador, pedindo para rever a tarifa de energia para estas pessoas, que deve ser ou subsidiada ou beneficiada pela revisão destes custos.



Dom Luciano Mendes recebe Marcelo Correia, coordenador-geral do Sindieletrô, e reafirma seu apoio à revisão da tarifa de energia

CG– O que gera esta distorção nas tarifas praticadas em Minas Gerais?

Dom Luciano– Há o desequilíbrio entre os preços para uma residência e uma empresa. Em Minas na área industrial a cobrança de ICMS é de 18% do valor da conta, enquanto na residencial é de 30%. Em outras empresas como a Light, o cálculo é contrário, favorecendo o consumidor residencial. Com essa diferença é o pequeno consumidor que subsidia o grande. Outro problema é que o lucro extra, uma soma considerável, deveria ser reinvestida no atendimento à população, mas é repassado para os investidores, que têm retorno maior do que se esperava, sendo que muitos deles são representantes de empresas que não são brasileiras. O parcelamento da conta para que a família continue com a concessão da luz também é dramática e em função dos juros pode se tornar uma extorsão.

CG– O que poderia ser feito para tornar este cálculo mais justo?

Dom Luciano– Proponho que a Cemig se reúna com pessoas que tenham preocupação com a tarifa, como os sindicatos,

e faça uma parada técnica para rever o custo ideal da energia. Os aumentos estão muito acima da inflação medida, com números fortes em relação ao poder aquisitivo do povo e aos salários. O dinheiro extra arrecadado sai praticamente extorquido do necessário para a sobrevivência do povo. Disponho a conversar com outras autoridades para pedir uma revisão humanitária para enfrentar esta questão no Estado.

CG– Os debates e conscientização são suficientes para forçar esta mudança na política tarifária?

Dom Luciano– Esta pergunta vale para todos os setores políticos. Até que ponto a sociedade deve se organizar para chamar a atenção para uma questão? Tudo que é feito com motivação adequada e dentro dos padrões de ordem é um auxílio para a população. Se temos a falta de controle sobre o que é oferta e pagamento de energia em nosso Estado, devemos nos manifestar: Só sou favorável a movimentos de massa em que o povo sabe exatamente o que pretende. Não basta denunciar que a conta de luz é alta, é preciso mentalizar com base em elementos para saber o que podemos esperar.

CG– O senhor tem conseguido debater esta questão com o Governo do Estado?

Dom Luciano– Eu posso me convidar em vez de ficar esperando ser convidado para qualquer debate. Acho que chegamos a um momento que isso é preciso. Se eu tenho este material devo propor uma conversa. Tudo tem uma progressão. Ir para a rua com multidão seria um passo seguinte, o primeiro seria conscientizar, inclusive os legisladores, para que fiquem bem a par da situação.

CG– Como o senhor vê a atuação dos trabalhadores da Cemig nesta discussão?

Dom Luciano– Estamos vivendo um momento de reflexão e agradeço esta visita do Sindieletrô que nos traz mais respostas sobre o porque destes aumentos exagerados na tarifa de energia. Aos amigos e amigas que têm sua vida dedicada à Cemig, lembro que a empresa é um conjunto de pessoas. A Cemig honra o Brasil e é importante que todo mundo tenha confiança e auto-estima no seu trabalho, entendendo que a população hoje pede uma justa revisão para que este trabalho precioso e de qualidade esteja ao alcance do povo mais simples. Espero que tanto serviço e tanta dedicação dos eletricitários, através do seu sindicato, encontrem repercussão entre autoridades do Estado.

CG– A energia elétrica é uma questão de cidadania?

Dom Luciano– Energia elétrica é uma questão básica para a vida das pessoas. Sabemos que à noite é preciso acender uma lâmpada dentro de casa, um eletrodoméstico e lembrar da importância da televisão para a comunicação. Não podemos limitar o uso da energia a ponto da população de baixa renda passar por esses sacrifícios. O povo mais simples precisa contar com a inteligência e competência dos trabalhadores organizados da Cemig ampliando este movimento.

Prosaúde cria fundo social para complementar gastos com saúde

Titulares e dependentes podem utilizar benefícios oferecidos pelo Fundo Complementar de Assistência à Saúde

Com recursos adquiridos, principalmente, através da centralização das contas correntes dos assistidos da Forluz no Banco Real, foi criado pelo Comitê do Prosaúde Integrado (PSI) o Fundo Complementar de Assistência à Saúde (FCAS), uma antiga reivindicação das entidades representativas dos participantes. O objetivo é cobrir, integral ou parcialmente, as despesas dos associados com serviços de saúde.

Podem se beneficiar titulares e dependentes, que devem solicitar à Fundação o reembolso dos valores gastos. “A idéia é exatamente amenizar o desgaste financeiro daqueles participantes que gastam valores elevados com tratamentos médicos não cobertos pelo PSI”, explica Arcângelo Eustáquio Queiroz, diretor do Sindieletro e mem-

bro do comitê do PSI.

Os participantes podem recorrer ao fundo para complementar despesas com a compra de remédios. Neste caso, quando o total gasto pelo trabalhador ultrapassar 10% de sua renda mensal, a despesa poderá ser reembolsada, desde que o seu valor do teto do PGE já esteja excedido. O montante a ser reposto é calculado através da diferença entre o total gasto com remédios durante três meses e 10% da renda mensal do trabalhador.

Despesas com viagens, hospedagens, alimentação e transporte urbano também podem ser reembolsadas quando o participante ou algum de seus beneficiários necessitarem realizar tratamentos de saúde em outras localidades. O reembolso varia de acordo com os cri-



Transporte para tratamento na capital pode ser reembolsado

térios pré-estabelecidos.

Todos os detalhes do funcionamento do Fundo estão descritos no regulamento. Se você ainda não tem o seu,

acesse o site da Forluz para se informar. Sugestões para a melhoria do Fundo podem ser enviadas pelo e-mail atendimento@forluz.org.br

Usina de Aimorés

Sindieletro participa da primeira Campanha Salarial

Os 49 eletricitários (as) da Usina Hidrelétrica Eliezer Batista, Aimorés, na região Leste do Estado, já estão em Campanha Salarial. A Usina foi inaugurada no dia 5 de maio e é a primeira hidrelétrica de porte da região. A exemplo da Usina de Funil, Aimorés pertence ao consórcio formado entre a Companhia Vale do Rio Doce, que detém 51% das ações, e a Cemig, que possui 49% de participação.

As negociações trabalhistas estão sendo feitas entre a direção do Sindieletro, que pela base territorial tem autorização para representar a categoria, e diretores do Consórcio na própria Usina. A primeira Pauta de Reivindicações foi aprovada em assembleia realizada na cidade de Aimorés, no último dia 24, e foi

imediatamente entregue pelo Sindieletro à direção de Aimorés. A expectativa é que o consórcio apresente a contraproposta de Acordo para avaliação dos trabalhadores ainda esta semana.

O coordenador do Sindieletro na Regional Leste, Geraldo Eustáquio Lopes, destaca como principais reivindicações o enquadramento em nova tabela salarial, que hoje está abaixo da adotada na Usina de Funil, e elaboração de um Plano de Carreiras. Os eletricitários também cobram mudança no plano de saúde, que hoje é individual e não dá cobertura para a família dos trabalhadores, com a inclusão no Prosaúde Integrado (PSI). “Também há negociações na Forluz para incluir estes trabalhadores no plano de previdência complementar”, explica o diretor.

Para Geraldo Eustáquio, a Campanha Salarial tem a dupla função de preparar os eletricitários (as) de Aimorés para a organização sindical e, nos próximos anos, aproximar os acordos da categoria dos ACT's assinados com a Cemig e com a Companhia Vale do Rio Doce. O diretor reconhece abertura para as negociações e defesa da pauta, o que já garantiu o reconhecimento de 1º de maio como data-base da categoria e pagamento de periculosidade para os “barrageiros”. “Para os trabalhadores e trabalhadoras do consórcio Cemig/Vale, tudo é muito novo, mas eles estão empolgados com a nova representação sindical e compreendendo que a negociação deve ser permanente”, avalia o diretor.

O diretor do Sindieletro,

José Renato Barbosa, convoca todos os trabalhadores a participarem não só da Campanha Salarial, como também das demais atividades do Sindieletro, principal instrumento de luta pela valorização profissional e igualdade de direitos.

Impasse em Funil

Já os trabalhadores da Usina de Funil, na região Oeste do Estado, tiveram a data-base prorrogada para 1º de junho, mas ainda não chegaram a um Acordo, já que as negociações dependem da apresentação da proposta do consórcio, prevista para esta semana. Contratados há quatro anos, os eletricitários de Funil cobram promessas feitas pela direção do consórcio.

“A categoria espera a melhoria de perspectiva em relação

aos cargos. A direção do Consórcio prometeu novo enquadramento assim que a Usina entrasse na fase de geração, mas este ponto ainda não foi cumprido”, ressalta o coordenador da Regional Oeste, Celso Primo.

Na pauta de reivindicações dos trabalhadores da Usina Funil estão novos pisos para técnicos, operadores, eletricitistas e mecânicos, participação nos resultados com PRs lineares, recomposição das perdas apuradas pelo ICV/Dieese, equivalente a 18,28% e reajuste no ticket-alimentação. Outra reivindicação é eleição de um representante dos trabalhadores para os trabalhos de saúde e segurança e de um plano de “contingência” para procedimentos de socorro a vítimas de acidente graves na Usina.

Posse da diretoria

A diretoria do Sindieletro, eleita para o triênio 2006/2009, irá tomar posse no dia 1º de junho.

O evento será no auditório do sindicato, às 19hs.

Depois da cerimônia, haverá uma confraternização para marcar a data.

É necessário confirmar presença através do telefone (31) 3273-5066.

Não deixe de comparecer!

Eletricitários da Eletrobrás fecham acordo

Foto: Urbanitários de Alagoas

Aumento real, periculosidade sobre remuneração e volta do anuênio para admitidos a partir de 1996

A Campanha Salarial – “Jogar juntos para conquistar” – dos cerca de 19 mil eletricitários e eletricitárias das 14 empresas do Grupo Eletrobrás, dentre elas, Furnas, terminou na semana passada com avanços significativos para a categoria, que conquistou recomposição salarial conforme o IPCA e aumento real de 2,27%, totalizando um reajuste de 7%.

Os trabalhadores também conquistaram R\$191 milhões a título de PLR. De acordo com o secretário de Energia da FNU e coordenador das negociações, além de diretor do Sindieletro, Franklin Gonçalves, serão duas folhas de remuneração para cada empresa do Grupo Eletrobrás, com distribuição média de 50% linear e 50% proporcional.

Outra grande conquista foi a garantia de pagamento da diferença da periculosidade so-

bre a remuneração retroativo à data da publicação do Enunciado 191 do Tribunal Superior do Trabalho, em 21/11/2003, que determina o pagamento do adicional sobre a remuneração e não sobre o salário-base, como o Sindieletro reivindica na Justiça, mas a Cemig insiste em contrariar.

A cláusula de garantia de emprego foi mantida com a ampliação do direito de recurso para as demissões individuais. Além disso, a categoria terá o direito a participar dos Conselhos Administrativos das 14 empresas do Grupo Eletrobrás e criar um comitê paritário para discutir as políticas de saúde e segurança nas empresas da holding.

Volta do anuênio

Após conquistarem no ano passado o direito ao plano de saúde, os eletricitários atingi-



Trabalhadores da Companhia Energética de Alagoas (Ceal) durante a Campanha Salarial

dos pela Resolução CCE-09, criada pelo governo de FHC para preparar as estatais federais para a privatização através da

sonegação dos direitos dos contratados a partir de 1996, terão direito ao anuênio e gratificação de férias de 50% sobre a

remuneração. Para Franklin Gonçalves, apesar do avanço, é preciso acabar de vez com a CCE-09, “um instrumento de discriminação” entre os trabalhadores.

“Por isso, vamos manter a campanha extraordinária pelo fim da CCE-09 junto com outras categorias, como os petroleiros e os bancários”, destacou. Outra campanha que terá prosseguimento será pela unificação do plano de cargos e salários nas empresas da holding.

Segundo Franklin, o ACT representa avanço principalmente nas cláusulas econômicas, com índice de aumento real maior que a do ano passado (1,5%) e mais de 50% de índices inflacionários medidos nos últimos 12 meses.

“É um Acordo muito importante para os trabalhadores do setor elétrico no período de governo Lula. Antes, com os neoliberais no governo, não havia negociações e nem reajuste salarial, havia apenas abonos. Hoje há, de fato, relações institucionais e sindicais nas estatais federais, fora do Programa de Privatizações, voltaram a fazer investimentos e a disputar o mercado” avaliou.

Trabalhadores de Furnas querem eleição de delegado

Terminada a Campanha Nacional é hora dos eletricitários de cada uma das empresas do Grupo Eletrobrás iniciarem suas campanhas específicas. No caso de Furnas, a campanha já começou e uma segunda reunião de negociação está prevista para a quarta-feira, dia 31, no Rio de Janeiro, entre a Intersindical Furnas e a Assessoria de Relações Sindicais da empresa. O Sindieletro é integrante da Intersindical e vai participar das negociações e mobilizações dos trabalhadores.

O secretário de Energia da FNU e diretor do Sindieletro, Franklin Gonçalves, lembrou que apesar do índice de reajuste para os trabalhadores da holding corrigir os benefícios pagos por Furnas, o principal objetivo da categoria é avançar nas con-

quistas específicas. “Em Furnas, por exemplo, temos uma carta compromissada para melhorar o plano de cargos e salários, e vamos agora cobrar da direção da empresa”.

A pauta de reivindicações dos trabalhadores de Furnas inclui também a manutenção dos direitos adquiridos para todos os eletricitários, independente da data de admissão, fim das horas extras e, no caso do trabalho extraordinário ser imprescindível, a remuneração deve ter um acréscimo de 100%. Ainda: acréscimo de 60% no pagamento do adicional noturno, adicional de penosidade de 15% sobre o salário para o pessoal de turno de revezamento, implantação do comitê permanente de prevenção de acidentes 60 dias após a assinatura do ACT e revisão do Plano de Cargos e Salários para os

devidos enquadramentos.

A transparência e ética na gestão de Furnas também são cobranças dos trabalhadores. Eles reivindicam a instalação de uma Ouvidoria subordinada ao Conselho de Administração para apurar denúncias internas e externas e garantia de participação dos trabalhadores na Comissão de Ética da empresa. Outra importante reivindicação é a melhoria das relações sindicais, com ênfase na garantia do direito de eleição de um delegado sindical em suas bases, incluindo a eleição de um representante do Sindieletro.

O coordenador da Regional Oeste do Sindieletro, Celso Primo, destacou como uma das reivindicações mais importantes dos trabalhadores de Furnas a garantia de um delegado sindical do Sindieletro na empresa. “Nossa expectativa é que

esta reivindicação seja atendida, consolidando um grande avanço nas relações sindicais em Furnas. É uma reivindicação que já foi levada ao sindicato diversas vezes pelos trabalhadores e que demonstra o reconhecimento da força e comprometimento do Sindieletro com os eletricitários de Furnas”, concluiu.

Na avaliação de Vagner de Oliveira Soares, representante do Sindieletro em Furnas, ainda é preciso avançar em alguns pontos, como, creche para filhos dos empregados, salário-educação e penosidade de 15% para o pessoal de turno. “Também é de suma importância a eleição de um representante do Sindieletro na empresa, visto que vários companheiros, democraticamente, optaram pela nossa representatividade”, ressaltou.

Mulheres chefiam mais lares no Brasil e trabalham mais

As mulheres brasileiras, apesar da maior escolaridade, recebem salários, em média, 30% menores do que os homens. Contudo, o número de domicílios chefiados pelas mulheres cresceu 37%, passando de 18,1% para 24,9%. Os dados constam da pesquisa do Sistema Nacional de Informações de Gênero (SNIG), realizado pelo IBGE a pedido da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e que cruzou informações do Censo 2000 e detalha a situação da mulher na

população brasileira.

Segundo a economista da Universidade Federal Fluminense, Hildete Pereira de Melo, as mulheres foram maciçamente para o mercado de trabalho na década de 90. Uma intensa mudança comportamental se aliou à queda da renda e ao empobrecimento das famílias, empurrando seus membros para o mercado de trabalho. Apesar do aumento na taxa de ocupação, as mulheres se empregam prioritariamente em ocupações chamadas “*extensões da vida*

doméstica”, como trabalhadoras domésticas ou sem remuneração (27,4%). Elas ganham em média 30% a menos do que os homens.

O número de domicílios que têm mulheres como chefe da família teve maior crescimento entre as brancas. De acordo com o estudo, a proporção de residências chefiadas por mulheres brancas aumentou 1,5 ponto percentual de 1991 a 2000, passando de 53,6% para 55,1%, enquanto nos chefiados por mulheres negras e pardas houve redução de quase dois pontos, passando de 45,5% para 43,4%.

Desigualdade em analfabetismo cai

A desigualdade nas taxas de analfabetismo diminuiu entre os sexos. Em 1991, a taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais era de 19,4%, sendo maior na população feminina, situação que prevaleceu durante décadas. Já o Censo de 2000 mostrou uma mudança nesse quadro com queda e equiparação nas taxas entre homens e mulheres, em 13%.

Nesse mesmo período, entretanto, as desigualdades de cor não foram reduzidas, permanecendo em mais que o dobro a taxa de analfabetismo entre mulheres negras e pardas (18,5%), que entre mulheres

brancas (8,6%). Apesar da redução do analfabetismo nas últimas décadas, as desigualdades regionais ainda permanecem intensas, segundo o IBGE. No Nordeste, cerca de 1/3 da população adulta de 25 anos ou mais são analfabetas.

Na área rural, a taxa chega a atingir mais da metade da população (51%). As mulheres que vivem no meio rural dos Estados da Bahia, Sergipe, Piauí, Pernambuco, Alagoas e Acre não estariam em situação diferente. De acordo com o instituto, as taxas de analfabetismo nesses Estados ficam entre 48 a 56,8% da população feminina.

Salário menor

Segundo os dados coletados, as regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste concentram a maior proporção de discriminação, tanto de gênero, quanto de cor. Nessas regiões há maior proporção de mulheres que ganham menos de 70% dos rendimentos dos homens. “É pura discriminação. Essa é uma das batalhas mais sérias das mulheres: salário igual para trabalho igual”, disse Hildete. A pesquisa mostra que mulheres negras e pardas ganham ainda menos do que as brancas. Em 2000, elas recebiam em média 51% do rendimento médio das brancas. A diferença salarial é maior na área urbana do Estado do Rio, onde as negras e pardas



Apesar de chefiarem o lar, mulheres têm salário 30% menor

chegam a ganhar só 48,6% da renda das brancas.

Norte e Nordeste, regiões onde normalmente o rendimento é menor também para homens, tem desigualdade menor. “No Brasil, as conquistas das mulheres foram enormes nas últimas décadas. Uma delas foi o acesso à educação, que be-

neficiou em especial as mulheres. Hoje, quase 64% dos que concluem o ensino superior são mulheres. Mas o impacto dessa situação no mercado de trabalho ainda não se fez. Levará algum tempo ainda”, comenta a ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres.

